



## **CURSO A PRODUÇÃO CAPITALISTA DA CIDADE: A legitimação da Universidade Pública pela Pesquisa-ação com os movimentos sociais urbanos**

### **Autores:**

Valeria Pinheiro - LEHAB UFC - [pacienciarevolucionaria@gmail.com](mailto:pacienciarevolucionaria@gmail.com)

### **Resumo:**

A criação, o desenvolvimento e os desdobramentos do Curso "A produção capitalista da cidade: poderes, conflitos e resistências" são objeto deste artigo, inserido num processo de pesquisa-ação do Laboratório de pesquisas da Habitação (LEHAB/UFC), na busca por compreender melhor nosso compromisso intelectual e político, enquanto parte da Universidade Pública, perante os movimentos sociais urbanos. O curso considera premente a socialização do debate sobre as parcerias público-privadas como forma de gestão e planejamento das cidades, e a construção coletiva de alternativas a este modelo de cidade. Considerando o atual cenário de ameaças aos direitos nos mais diversos campos, estratégias que permitam o fortalecimento da articulação e da capacidade de intervenção propositiva de segmentos populares legitima a existência da Universidade e reforça a necessidade de sua autonomia.

# **CURSO A PRODUÇÃO CAPITALISTA DA CIDADE**

A legitimação da Universidade Pública pela Pesquisa-  
ação com os movimentos sociais urbanos

## **A CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CURSO**

Antes de discorrer sobre o Curso de formação objeto deste artigo, importa situar histórica e conjunturalmente sua concepção, a partir da trajetória de pesquisa-ação desenvolvida pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB/UFC).

O LEHAB existe desde 2013, fundado na compreensão de que as condições de moradia correspondem a uma das variáveis ideais para identificar e analisar as desigualdades socioespaciais. Assim desenvolveu a sua primeira pesquisa em rede<sup>1</sup> objetivando analisar – dentre outras coisas - as condições de inserção urbana dos grandes conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Fortaleza. Posteriormente, entre 2014 e 2016, integrou nova pesquisa que buscava analisar as estratégias e os instrumentos de planejamento e regulação urbanística voltados à implementação do direito à moradia e à cidade no Brasil – avanços e bloqueios. Nesta, aproximou seu olhar notadamente da implementação e impactos do Veículo Leve Sobre Trilhos em Fortaleza e do Conjunto Habitacional Cidade Jardim, e de maneira menos aprofundada – pelo não andamento da obra – do projeto Aldeia da Praia. Já no início desta pesquisa, identifica-se pontos convergentes com a crítica de SANTOS (2005) quanto à construção de um outro tipo de conhecimento no âmbito da universidade:

“(…) o conhecimento pluriversitário é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre extra-muros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores” (SANTOS, 2005, p.41)

---

<sup>1</sup> 2013-2015: Análise do Programa MCMV na Região Metropolitana de Fortaleza: arranjos institucionais, inserção urbana e impactos socioeconômicos (chamada pública MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012)

Foi neste período em que os/as membros do laboratório iniciaram maior investimento de tempo, trabalho, reflexão e construção em processos cotidianos junto aos movimentos populares, comunidades organizadas, articulações e em espaços como conselhos/comissões. Ressalte-se que membros do LEHAB já tinham um percurso anterior neste perfil de atuação.

Na pesquisa seguinte - Financiamento do desenvolvimento urbano, planejamento, inclusão socioterritorial e justiça social nas cidades brasileiras (2016-2017), também em rede com outras universidades, dedicou-se à avaliação e ao monitoramento de Parcerias Público-Privadas (PPPs) voltadas ao desenvolvimento urbano em três cidades brasileiras – São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, e seus impactos notadamente no acirramento das desigualdades socioterritoriais. A atuação junto à articulações da sociedade civil e em espaços de debate e disputa com o poder público continuou marcando fortemente o trabalho do laboratório e levou à entrada na pesquisa do Observatório das Metrôpoles – rede da qual fazemos parte desde 2013 – no projeto INCT de 2017 a 2020, intitulado: As metrôpoles e o direito à cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano.

Além disso, o LEHAB também fundou o Observatório de Remoções de Fortaleza, iniciativa que acessa informações sobre esta problemática, sistematiza e as disponibiliza, fornecendo então a quem interessar um retrato antes inexistente da dimensão, localização – e outras variáveis – dos despejos na cidade<sup>2</sup>.

Diante desta trajetória de pesquisa e extensão, o curso “A produção capitalista da cidade: poderes, conflitos e resistências” surge, indubitavelmente, como oportunidade de devolução e diálogo com os movimentos e coletivos, contribuindo, além do acúmulo conceitual, com a consolidação da convicção da equipe do LEHAB do imprescindível investimento na pesquisa-ação.

Assim, planejar o curso foi uma oportunidade para pensar nossa prática de pesquisa, os temas prioritários, como isso dialogava com as atividades dos movimentos, que estratégias pedagógicas eram mais adequadas às situações desafiadoras que os mesmos enfrentam na luta pelo direito à cidade e como este espaço de aprendizado mútuo poderia alimentar nossas análises.

Nosso primeiro passo foi uma solicitação feita a diversos militantes de movimentos e comunidades com os quais tínhamos contato/atuação, para que respondessem um pequeno formulário entregue em meio físico em reuniões ou enviado por email, atrás do qual os mesmos registravam suas preferências em termos de dias, horários e temas prioritários de interesse.

A partir das respostas, construímos uma grade preliminar de grandes temas, duração mínima necessária, e orçamento. O LEHAB não dispõe de recursos para além de algumas bolsas de pesquisadores/as graduandos/as e mestras. E, principalmente neste cenário de empobrecimento das camadas mais vulneráveis, não havia como realizar uma atividade

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre as pesquisas do LEHAB, acessar [www.lehab.ufc.wordpress](http://www.lehab.ufc.wordpress)

continuada, com qualidade, se não garantíssemos a alimentação e o deslocamento dos/as participantes, através do ressarcimento das passagens de ônibus.

Pensou-se então em uma campanha de financiamento coletivo na internet, a qual foi lançada num aula pública proferida pelo Professor Orlando Alves dos Santos Junior, intitulada “A produção capitalista da cidade: poderes, conflitos e o direito à cidade”. Viu-se as condições dos diversos sites que promoviam tal iniciativa e foram feitos contatos institucionais para garantir este caminho – desconhecido inclusive da pró-reitoria de extensão, que assinalou cuidados burocráticos a tomar e demonstrou empolgação com a iniciativa. No site escolhido, exige-se a doação de recompensas para quem contribuir. A saída foi a produção de mais de uma dezena de obras inéditas de artistas cearenses – que atenderam prontamente ao convite, a serem reproduzidas em número limitado e entregues a quem doasse a partir de determinado valor. Colaboradores externos sugeriram ações de comunicação e a impressão dos posteres também, pelo apoio ao curso, foi a preço de custo. A campanha foi um sucesso e contou com a contribuição de 118 pessoas de diversas cidades do país, atingindo 138% da meta estabelecida. Esta iniciativa também foi pensada como uma maneira de envolver mais pessoas, comprometendo-as de alguma maneira pontual, mas que aciona a sensibilização e a atenção para a distribuição de responsabilidades na construção das resistências.

Com o recurso assegurado, e as demais necessidades sendo apoiadas por parceiros diversos (material didático, impressões, estrutura, etc), abriu-se a seleção de participantes. A turma escolhida, a partir de critérios como diversidade territorial e de movimentos, e também de uma decisão de garantir a maioria de mulheres e a presença de juventudes nesse processo, ficou assim distribuída:

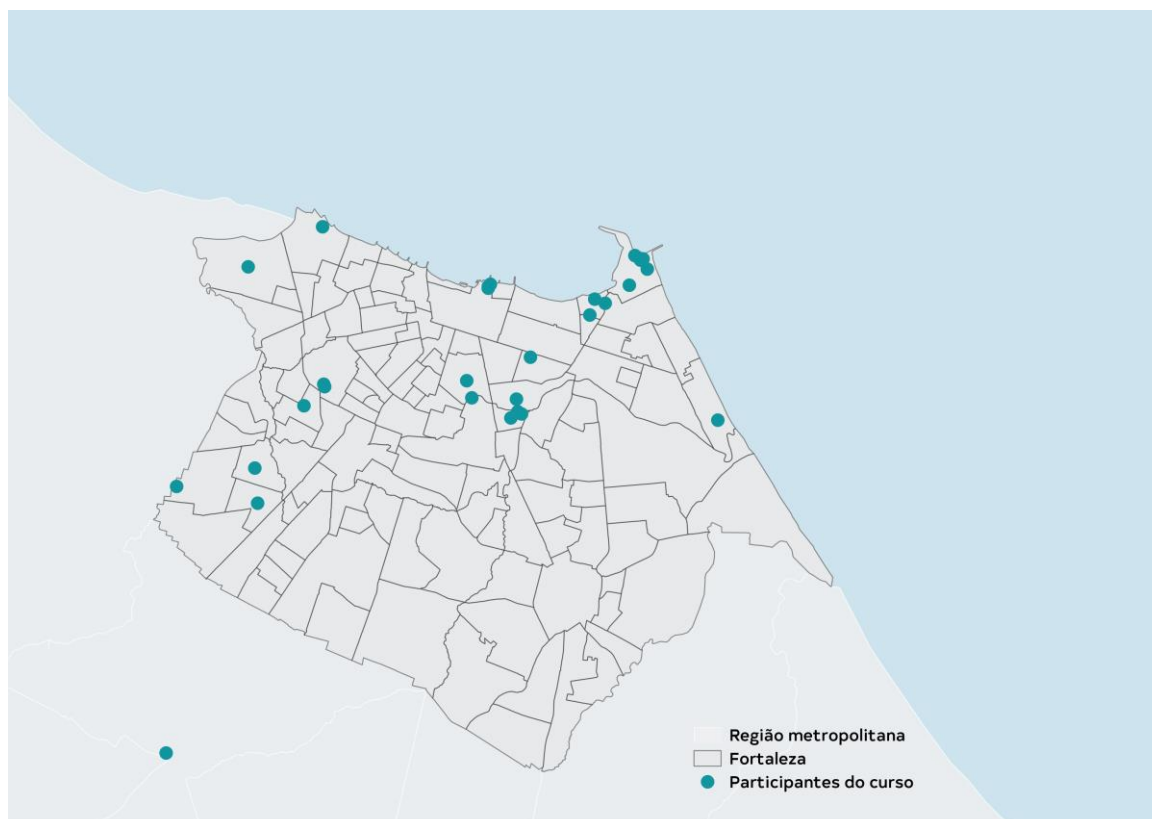


Figura 1: locais de moradia dos participantes do curso (fonte: LEHAB)

Houve a participação de pessoas das comunidades/bairros Lagamar, Poço da Draga, Serviluz, Pici, Mucuripe, Bom Jardim, Granja Portugal, Vila Vicentina, Alto da Balança, Maracanaú (RMF), Mondubim, Aldacir Barbosa e Rio Pardo.



Figura 2: participantes do curso (fonte: LEHAB)

A turma contou com 30 pessoas necessariamente oriundas de movimentos populares e abriu-se ainda 6 vagas para entidades de assessoria aos movimentos, chegando ao total de 36 participantes selecionados, sendo destes, mais de 20 mulheres.



Figura 3: aula inaugural (fonte: LEHAB)

Assim, foi dado início ao curso, no dia 30 de agosto, com uma aula inaugural com a professora Ermínia Maricato, aberta a mais de 400 pessoas, falando sobre “O Estado-capital: quem são os donos da cidade?”

## O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO

O tema da aula inaugural não foi à toa. Foi a pergunta geradora da construção do curso. Com o aprofundamento dos estudos de grandes projetos urbanos, de parcerias público-privadas, da financeirização do desenvolvimento urbano em Fortaleza, passamos a ter maior clareza – e preocupação – quanto ao impacto destes processos nas comunidades em geral. Isso somado ao acirramento das contradições urbanas, a desarticulação dos espaços de participação popular, o enfraquecimento dos tradicionais movimentos urbanos e a necessidade de reorganização das resistências frente ao cenário futuro próximo que se desenhava, levou à necessidade de explicitar em um processo de formação quem são e como agem os agentes produtores do espaço urbano (CORREA, 1989).

“O conflito territorial está implícito, as pessoas estão no processo de luta, mas muitas pessoas da cidade não percebem isso.” (fala de um participante, durante o curso)

Importa situar aqui, de maneira breve, nossa leitura das movimentações das resistências em Fortaleza mais próximas ao nosso campo de atuação.

Numa perspectiva histórica da constituição de parte da população de Fortaleza enquanto sujeitos políticos, o levantamento de bibliografia sobre o tema transparece a predominância de análises sobre a potencialidade organizativa e reivindicatória das organizações de bairro e sobre o papel da Igreja e dos partidos políticos na formação e suporte aos movimentos urbanos. Diversos estudiosos dos movimentos sociais urbanos<sup>3</sup> indicam o início dos anos 1960 como o despontar das experiências de lutas nos bairros populares em Fortaleza. É neste âmbito – mais do que nas fábricas – que os problemas urbanos ficam em evidência, pois o movimento comunitário era a forma de organização alternativa às formas históricas de luta do operariado.

Na década de 1970 as lutas comunitárias avançam em Fortaleza, com a existência de grupos mais articulados entre si e articulados com igrejas e partidos políticos, com uma certa continuidade. Os anos 1980 deram continuidade à escala ascendente de organização comunitária, mas também ficaram marcados pelas políticas preponderantemente clientelistas e assistencialistas empreendidas pelas gestões municipais no trato da questão urbana. No avanço da década, surge o movimento de reforma urbana, que se consolida nos anos 90 nacionalmente e nos anos 2000, torna-se um sujeito político considerável em Fortaleza, com uma articulação local.

Não é possível neste artigo adentrar tanto na dimensão histórica dos movimentos de Fortaleza, mas pelo assunto em questão, importa registrar desde então a existência dos mediadores - entidades, pessoas, instituições. Barreira (1992) afirma que em Fortaleza a mediação de forças externas aos movimentos sempre foram consideradas como importantes para a abertura de novos canais, para legitimação das lutas em caso de conflito, e até para o fornecimento de conteúdos para a elaboração de um discurso globalizante.

Na primeira década dos anos 2000, dá-se destaque à luta por um plano diretor participativo, empreendido pelo fórum local de reforma urbana (NUHAB – Núcleo de Habitação e Meio Ambiente). Este processo, que durou de 2003 a 2009, foi aglutinador de pautas, pessoas e entidades na disputa por um outro modelo de cidade e obteve vitórias e derrotas, no projeto de lei final, também modificado na Câmara dos Vereadores.

Após esse período de consolidação da pauta da reforma urbana e do papel dos mediadores (ONGS especialmente), de avanços legislativos – como a primeira previsão legal de Zonas Especiais de Interesse Social, um evento global teve rebatimento na cidade. Três meses após a aprovação desta lei, Fortaleza foi confirmada como uma das doze sedes da Copa do Mundo da FIFA de 2014, o que ocasionou também um ponto determinante de inflexão nas lutas urbanas locais.

Enquanto o Fórum de Reforma Urbana - por proximidade política de algumas de suas entidades com a gestão municipal e pelo desgaste de tantos anos de embate pelo Plano Diretor – não “comprou a briga” contra os impactos do megaevento na cidade, outras forças

---

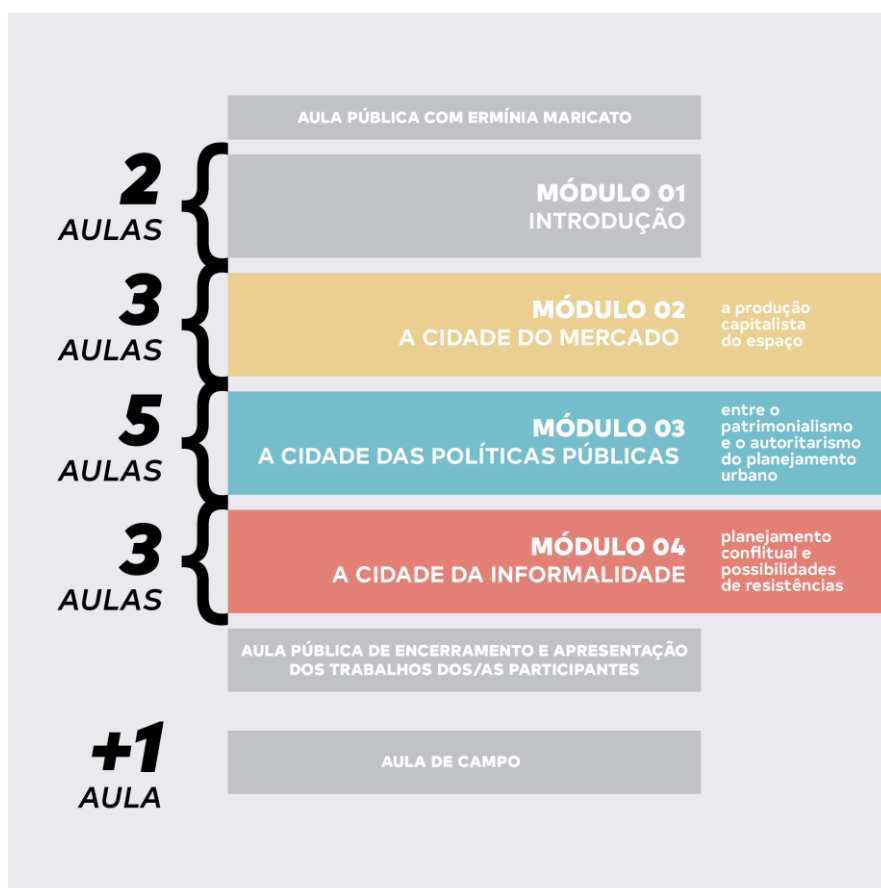
<sup>3</sup> Como Silva (1991), Barreira (1992), Gondim (1983; 1987; 1993), Diógenes (1993)

políticas se organizaram nesse sentido. Surgiu o Comitê Popular da Copa<sup>4</sup> e o Movimento de Luta em Defesa da Moradia, composto por comunidades dos trilhos, ameaçadas pelo VLT.

Após a Copa, parte dessas comunidades e entidades remanescentes destas lutas decidiu-se continuar organizada na Frente de Luta por Moradia, que existe até hoje e compreende comunidades que são ZEIS, ocupações e comunidades atingidas pelo VLT, além de um significativo número de assessorias, dentre as quais, o LEHAB.

Considerando também o conhecimento deste percurso das lutas urbanas e das questões de gestão e planejamento urbano mais prementes na cidade, o curso foi pensado.

A partir da convicção de que toda ação política tem um sentido educativo e que toda ação educativa carrega um forte componente político, passamos a detalhar a metodologia, materiais e conteúdo do curso tendo como pano de fundo algumas inquietações: como o que pesquisamos e escrevemos contribui para melhorar a prática dos movimentos, para pressionar a gestão pública, para consolidar um pensamento crítico na universidade e, assim, legitimá-la? A grade ficou com a seguinte definição, como explicitada abaixo, tendo sofrido leves modificações - acréscimos de momentos - no decorrer do mesmo.



<sup>4</sup> O Comitê foi formado a partir de uma atividade da Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular do CEARAH Periferia, uma das entidades do NUHAB. Mas nem o CEARAH nem as demais entidades do fórum de reforma urbana prosseguiram nesta articulação.

Figura 4: grade do curso (fonte: LEHAB)

A metodologia e os/as professores/as convidados/as não estavam fechados a priori, e foram sendo acertados no decorrer do processo, o que exigiu da equipe do LEHAB um grande investimento de tempo para além do acompanhamento e registro das aulas em si. Mas o resultado final na distribuição dos conteúdos revelou o laboratório inserido em um processo de pesquisa-ação de forma bastante clara.

“A pesquisa-ação consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações populares com problemas cuja solução pode beneficiar os resultados da pesquisa. Os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores, e a produção do conhecimento científico ocorre assim estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para por o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil.” (SANTOS, 2005, p. 75)

Registra-se isso aqui, desde já, porque o curso foi, em grande medida, também um curso dos movimentos populares para o LEHAB. Como parte da metodologia, uma série de exercícios foram entregues esporadicamente, dos quais recebia-se as respostas, se sistematizava, e as mesmas subsidiavam os debates e construção dos momentos seguintes. Todavia, para além de alimentar a dinâmica do curso, as informações recebidas neste material servem de fonte primária de conhecimento e informações para as reflexões do laboratório de pesquisa a partir daí. A importância das conclusões que as pessoas chegavam durante o curso foram registradas e sistematizadas:

“Vi na propaganda eleitoral dos governadores que o HUB vai fazer com que a produção de flores chegue mais rápido pra Europa (em 8h) , e eu demoro duas horas só pra chegar no terminal do Antônio Bezerra” (fala de participante durante o curso)

A entrega e utilização de mapas também é algo que cabe ser destacado, pela atenção dedicada a eles pelos/as participantes, por falas suas em espaços outros, em que afirmavam terem “aprendido” a ler os mapas e com isso compreendido melhor alguns problemas dos seus territórios, e também por presenciarmos algumas pessoas circulando com os mapas entregues no curso em atividades como audiências públicas e reuniões nas suas comunidades. Assim, consegue-se estimular a utilização dos mapas como estratégias de luta, como narrativas autoconstruídas, ao invés de apenas sínteses produzidas pelo Estado.

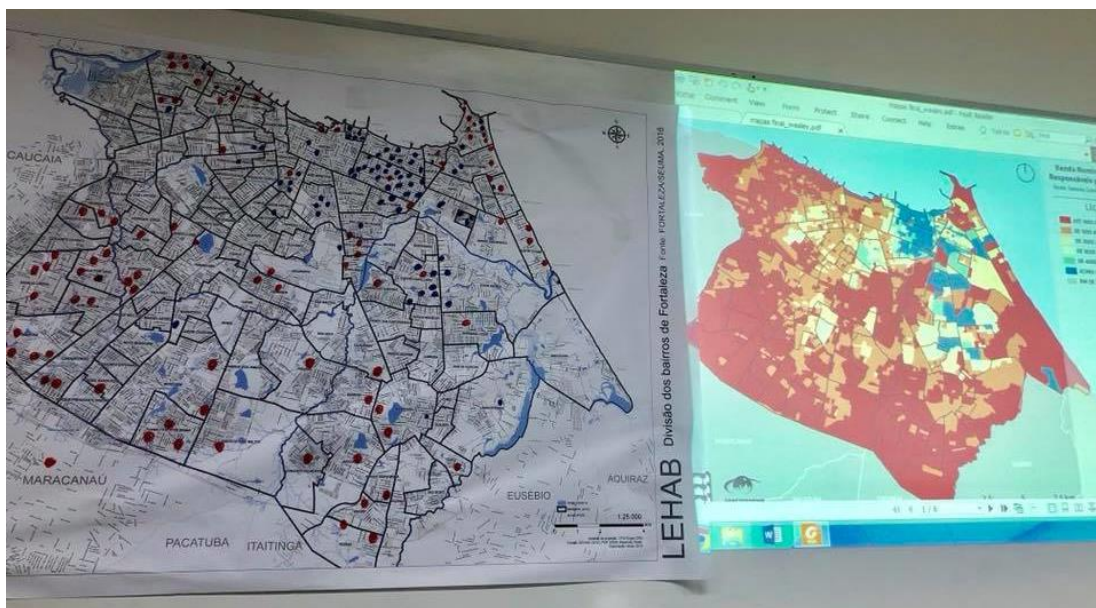


Figura 5: produção dos alunos x mapa oficial (fonte: LEHAB)

A definição precípua de que os participantes necessariamente fariam parte de movimentos sociais surge da necessidade de aumentar o alcance do conhecimento das dinâmicas urbanas, seus agentes, estratégias e possibilidades de disputa. Assim, viu-se a oportunidade de ter os conteúdos compartilhados através de militantes de coletivos LGBTs, movimentos culturais, coletivo de juventudes periféricas, pessoas diretamente atingidas por grandes projetos urbanos, entidades ligadas à igreja, grupos organizados da região metropolitana, além dos movimentos de moradia com os quais o LEHAB já tem um contato mais rotineiro. Isso permite que a universidade contribua para projetar a fala de quem historicamente teve sua fala desprestigiada. As outras entidades de assessoria participantes do curso, com seus membros oriundos das classes populares ou com elas comprometidos, tende a reforçar essa estratégia, com a repercussão dos conteúdos nos seus outros espaços de atuação.

A realização de uma aula de campo também foi bastante importante para consolidação do entendimento das dinâmicas da cidade. A turma percorreu pontos estratégicos do território do Grande Mucuripe e, com o apoio de professores convidados, observou in loco as transformações e permanências planejadas e em execução para um bairro em forte disputa.



Figura 6: aula de campo (fonte: LEHAB)

Para finalização do processo, foi demandado aos participantes a elaboração, em grupo, de um trabalho, em duas dimensões. Na dimensão da (r)existência, considerando a repetida aparição no curso de citações que se referiam à nossa falta de memória, de identidade, de informações sobre a nossa história, solicitou-se aos participantes que apresentassem um caso de resistência que marca a história da sua comunidade/bairro e quais são os ecos/repercussões dessa resistência que existem até hoje. Na dimensão da Insurgência, propôs-se que a turma, a partir dos conteúdos dialogados no curso, pensasse em ações frente à cidade do capital, que agora já lhes é mais conhecida, nas suas lógicas e agentes. As ações foram apresentadas em forma de Planos de Ação.

“Não precisamos de coisas mirabolantes. Fazer poesia marginal e falar no busão pros “meus” já é muita coisa. Agora vamos falar com as pessoas sobre plano diretor, sobre especulação imobiliária!” (fala de um participante durante o curso)



Figura 7: apresentação dos trabalhos finais (fonte: LEHAB)

A idéia foi ter um exercício de resgate, por meio de narrativas, de movimentos populares que são invisibilizados para a população em geral mas são parte estrutural da constituição da nossa cidade. E também de fazer os participantes enxergarem possibilidades de ação diante deste cenário de gestão urbana melhor conhecido por eles e elas a partir de agora, vislumbrando novas maneiras de desafiar a hegemonia da ordem existente.

## RESULTADOS, DESDOBRAMENTOS E CONTINUIDADES

“Em países que ao longo das últimas três décadas viveram em ditadura, a indução da crise institucional teve duas razões: a de reduzir a autonomia da universidade até o patamar necessário à eliminação da produção e divulgação livre de conhecimento crítico; e a de por a universidade ao serviço de projetos modernizadores, autoritários, abrindo ao setor privado a produção do bem público da universidade” (SANTOS, 2005, p. 13)

O cenário que se desenha para o Brasil nos próximos anos é nebuloso, com a posse do presidente Jair Bolsonaro e do congresso nacional ainda mais conservador do que o pleito anterior. Nos Estados a guinada conservadora também ocorreu fortemente. Os setores que dominam a política partidária atual não tem nenhum compromisso com o ensino público gratuito e de qualidade. Pelo contrário, buscam, através de diversas iniciativas, enfraquecer, fragmentar, vigiar e privatizar as instituições de educação pública.

As universidades são alvo preferencial. Já tem-se percebido nos últimos anos uma pressão para a priorização da produção de conhecimento necessário ao ganhos de produtividade e de competitividade das empresas – e, no campo em questão, competitividade das cidades. São prestadas consultorias – ou até se assumem grandes projetos – em que a assinatura da Universidade dá peso, qualidade e legitimidade ao discurso proferido, consubstaciado no projeto apresentado junto ao poder público, entidades profissionais, de classe ou empresariais.

Esta forma de atuação, ao mesmo tempo em que responsabiliza a universidade perante certos interesses e grupos sociais hegemônicos economicamente, pode significar a deslegitimação e desresponsabilização da universidade em relação a outros interesses e outros grupos sociais, como os movimentos populares.

A realização de atividades de formação e articulação, para e com estes segmentos, deveria adquirir centralidade na conjuntura atual, que busca colocar a universidade pública à serviço do capital global. A defesa de um ensino superior público e de qualidade passa necessariamente no investimento em iniciativas de pesquisa-ação que demarque sua utilidade social, seu interesse público, sua diversidade e autonomia.



Figura 8: aula de encerramento (fonte: LEHAB)

A contribuição do curso, em específico, na promoção do pensamento de caminhos alternativos de desenvolvimento urbano já encontra reverberação com comentários de membros do Ministério Público e da Defensoria Pública afirmando terem notado uma diferença nos discursos dos movimentos comunitários em eventos públicos, a partir do curso, com falas mais aprofundadas, consistentes e conectadas.

Assim, considera-se como satisfatória a estratégia descrita neste artigo, para além dos objetivos maiores comentados acima, dos compromissos assumidos nas metas da pesquisa, de (i) contribuir para a formulação de políticas públicas que incorporem as demandas populares e enfrentem as desigualdades sociais no acesso aos direitos de cidadania; (ii) fortalecer a capacidade de planejamento do poder público, numa perspectiva democrática e de afirmação da justiça social e ambiental; (iii) contribuir para a legitimação de demandas sociais que expressem a ampliação da cidadania e o fortalecimento da capacidade da ação política e reivindicatória de sujeitos populares; (iv) favorecer a ampliação dos espaços de planejamento participativo, possibilitando democratizar as decisões sobre os investimentos públicos; (v) promover a capacitação de organizações não governamentais e movimentos populares para as práticas de pesquisa em nossa área de competência; (vi) promover e apoiar

processos de produção de conhecimentos que envolvam militantes de organizações e movimentos comunitários e populares; (vii) promover a qualificação de organizações não governamentais e movimentos populares para a elaboração, implementação e controle de políticas governamentais, plano e projetos de interesse urbano e regional.

Também partindo do escopo da pesquisa atual, à qual LEHAB está vinculado, os debates ocorridos no curso foram pautados pela identificação das principais coalizões de poder hegemônicas e dos processos decisórios associados à dinâmica urbana.

Em termos de perspectiva de desdobramentos, tem-se um grupo de concludentes do curso mais cientes e mobilizados a atuar perante as práticas especulativas do mercado imobiliário e da indústria da construção civil, que se manifestam com maior intensidade através de alterações na legislação urbanística, elaboração de planos estratégicos e contratação de parcerias público privadas.

“Como nós vamos poder pensar em estratégias e intervir na revisão do Plano Diretor? Pensando que o coletivo do curso é muito representativo, ele sugere que pensemos juntos essa atuação. E fala que sem isso, nem vamos ter a lei, nem o apoio da Câmara dos Vereadores, ou seja, “nós morreremos na praia”.

“Não devemos só participar por participar e sermos tragados. Não podemos ficar amarrados, precisamos pensar em uma resistência mais direta.” (falas de participantes durante o curso)

Em 2019 o plano diretor da cidade completa 10 anos e sua revisão tende a ser permeada de conflitos graves, dado o nível de comprometimento da gestão com o capital imobiliário e sua total desconsideração do princípio da gestão democrática da cidade.

A agudização conservadora que domina a sociedade brasileira somada ao acirramento dos conflitos urbanos advindos da implementação de um projeto cada vez mais excludente e violento de cidade desafia as resistências organizadas a se capacitarem e incidirem de maneira mais estratégica na busca pelo direito à cidade como um bem comum. O entendimento adquirido com o curso e com a continuidade das articulações entre os participantes é estratégico neste momento.

## REFERÊNCIAS

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, 181p.

CORREA, Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano? (11-35). In: Correa, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. In: MARICATO, Ermínia [et al.] *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. - São Paulo. Boitempo. Carta Maior. 2013 p. 27-40

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: CORTEZ, 2005.